
Esquerda e direita: fontes nacionais para a História Social

*Alexandre Fortes**
*Antonio Luigi Negro***

Resumo: O artigo visa oferecer um painel sobre as possibilidades da pesquisa histórica, em nível nacional, tendo como base os fundos das polícias políticas depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Traçando considerações sobre alguns documentos, explora, de modo incipiente, algumas dessas possibilidades. A seguir, demonstra a importância desses fundos para estudos de outras regiões fora do Rio de Janeiro. Igualmente procura indicar para o interessado alguns procedimentos que facilitam as pesquisas.

Abstract: This article aims at offering a general view on the possibilities for a nation wide historical research at the arquivo público do rio de janeiro on the basis of its political polices collections. With comments on some documents and files, it explores, not extensively, some of those possibilities. Then, it shows the importance of those sources for studying other regions than rio. It also attempts to indicate some adequate procedures to be taken by anyone who wants to consult these papers.

Palavras-chave: história social, comunismo, nazismo.

Key words: social history, communism, nazism

I – Uma queda de peso

Dissolvido o Comitê Regional de São Paulo do PCB, noticiou a imprensa: “A Ordem [...] faz cessar as atividades vermelhas nessa capital.” Com certeza, entre os dias 26 e 27 de maio de 1939, a Delegacia de Ordem Política e Social (Deops) – *a Ordem* – esteve em “grande atividade”. “É que”, esclarece-nos a matéria, “após quatro meses de incessantes e cuidadosas investigações”, se abate sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) uma

* Coordenador do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo; doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp); pesquisador visitante do CeNedic – USP; *e-mail*: alexforte@globo.com

** Professor no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia; doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp); *e-mail*: negro@ufba.br

investida repressiva. A polícia decidira “destruir” o Comitê Regional (CR) de São Paulo.¹

Se o *fazer cessar as atividades vermelhas* é mais um desejo do que o efeito plenamente atingido (o PCB sobreviveria, não seria destruído), não deixou de ser amplo o êxito da operação de aniquilamento. “As prisões foram em grande número”, anotaram. Mais ainda, além de mimeógrafos, máquinas de escrever, igualmente grande foi a quantidade encontrada de boletins, volantes, circulares, apostilas, manifestos, balancetes, correspondências com os estados, listas do Socorro Vermelho, endereços e “outros importantes documentos” seqüestrados. Como é de praxe, papéis e máquinas foram reunidos em mesas e cadeiras para que as apreensões fossem registradas fotograficamente. Depois, já nas dependências policiais, tiraram-se retratos de homens e mulheres caídos nas batidas.

Quando a Deops *decidiu destruir* o PCB em São Paulo, ela estava, na verdade, dando continuidade a uma ação anterior. Em outubro de 1938, a ala pecebista, liderada por Hermínio Sacchetta, Hélio Mana de Lacerda e Heitor Ferreira Lima, já havia sido gravemente atingida. Tais dirigentes, bem como outros adeptos, foram presos e processados. Em 1939, alguns deles já tinham sido condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

A vigilância então passou a recair sobre os passos de um adversário da corrente de Sacchetta, cujo nome de guerra era “Bangu”. Dirigente nacional do PCB, ele havia sido destacado para sua reativação em São Paulo. Chegado no início do ano, “organizou, primeiramente, os quadros de direção”. Essas *primeiras ligações* foram identificadas e logo tornaram-se o centro das investigações, pois irradiavam a trama da rede em cozimento. Em segundo lugar, Bangu se retirou de cena tão logo deu sua tarefa por encerrada.

Nos quatro meses seguintes, “o trabalho da polícia foi paciente”. A estratégia da repressão era clara: havia de individuar aqueles “em cujas mãos estava o destino” do novo CR do PCB. Ansiosos por mostrar serviço, muitos investigadores “desejaram agir” enquanto espionavam os pontos de encontro a que compareciam os contatos de Bangu (ocasião em que os camaradas trocavam “pacotes” e se passavam as diretrizes de reorganização partidária). Porém, “a ordem era concisa: devia-se aguardar o momento oportuno”. “Novas ligações surgiriam”, apostava a cúpula da polícia, que visava desferir um golpe direto na estrutura do PC. Por isso, deixou que o partido se fortalecesse, que se recompusesse novamente, revelando militantes desconhecidos, os recém-chegados aos escalões de direção local, outros que haviam sido recrutados de estados diversos ou os novos elos entre a direção e a base. Isso tudo evidenciava as múltiplas dimensões do PCB.

Finalmente, “para evitar que a propaganda [dos comunistas] atingisse em cheio as classes trabalhadoras de S. Paulo”, o momento oportuno para agir foi aprazado. “Conhecidos todos os ‘pontos de encontro’, identificadas as residências”, a polícia avaliou ser *fácil* agir de modo *fulminante*. Orquestradas, equipes capturaram inúmeros militantes. Enquanto isso, “suas casas foram varejadas”, realizando-se as apreensões mencionadas acima. Na casa de Orlando dos Reis – nome falso (inutilmente) usado por Carlos Marighella para protelar ou confundir as investigações –, a matéria afirma ter a polícia “encontrado o material mais importante”, já que se referia *a toda a organização* do CR no estado.

Outros três presos foram igualmente *acusados* de pertencer a tal comitê. Em casa, no bairro da Casa Verde, foi achado um mimeógrafo que, dias antes, fora usado para imprimir boletins. Em outra residência, duas máquinas datilográficas eram usadas para preparar estênceis.² Três outros comunistas foragidos – já condenados pelo TSN – também foram descobertos nas diligências. Diversos militantes de células do PCB foram aprisionados. Por fim, em poder de Salomão Janov, Sojer Kaplansky e Samuel Kleiman, foi achado material do Socorro Vermelho. Em suma, em vista dos resultados obtidos, a polícia achava que teria muitos afazeres. No seu entender, a quantidade de documentos e de nomes de contatos coletados era tal que outras detenções seguramente viriam, a que se chegaria via interrogatório ou leitura dos papéis tomados.

As fichas de identificação dos detidos permitem, hoje, que façamos outros desdobramentos. Quem eram as pessoas envolvidas em uma atividade tão relevante – temida e ameaçadora – para o Estado e o empresariado? De onde vinham e o que faziam? Entre outros, o baiano afro-descendente-italo-brasileiro Marighella, o cearense Clóvis de Oliveira Neto (com quem, em contradição com a matéria jornalística, a Deops anotou ter achado os mais importantes documentos do CR), o capitão de longo curso alagoano Antônio Rodrigues de Gouveia, Kaplansky, um gaúcho dono de uma biblioteca ambulante (de cor *vermelha*), o polonês Janov, o florianopolitano Kleiman (encarregado de angariar fundos para judeus comunistas ex-combatentes da Guerra Civil Espanhola, então presos em campos de concentração na França), os negros José Tavares Dias (diretor do *Piratininga*, jornal antinazi-fascista) e Fernando de Oliveira (lustrador, ex-marinheiro), a tcheco-eslovaca Eugênia Haddad, a húngara Rosa Sass, o paulista Ézio Tonso (*velho militante anarquista*), o iugoslavo Francisco Zanetich e a gaúcha Anita Akceruld integravam a base e a cúpula de uma rede – inter-racial, plurinacional e multiétnica – reativada para os fins da reconstrução partidária. Não por

acaso, foi tecida em São Paulo, cidade-destino de diversos fluxos migratórios (nacionais e internacionais). Era, enfim, o internacionalismo realmente existente na base social partidária pecebista.³ A atividade de reerguimento do PC era objeto de grande discussão para esses diversos camaradas.

Escrevendo para o *Boletim Interno*, “Mulato” achava que as bases deviam funcionar do seguinte modo: se

reunindo normalmente, discutindo os problemas do setor, tirando planos de reivindicações mais imediatos, discutindo as pequenas coisas que sempre aparecem nas fábricas e nos locais de trabalho, que em geral são as que menos nos preocupam.⁴

Em plena ditadura estadonovista de Getúlio Vargas, o que um trabalhador da alcinha de Mulato propugnava era sistematicamente combatido pelos patrões nas fábricas – uma prática invariavelmente levada a cabo em aliança com a polícia política.

Mas a militância discutia outros assuntos também. “Se não nos falha a memória”, relembra a seção de notas do mesmo boletim, não fazia muito tempo que Mussolini proclamara-se “protetor do Islã”; protetor “à moda fascista”, é denunciado, pois, sob seu comando, encetaram-se saques e bombardeios contra a Albânia, noticiada como a “única nação islamita da Europa”. Outrossim, os protestos do público contra os informes da expansão da Alemanha hitlerista (antes de invadir a Polônia), exibidos nos cinejornais da Cinelândia, foram muito bem recebidos nessas mesmas notas.⁵

Em simultâneo, os comunistas tinham de lidar com suas próprias contradições. Se “Mulato” e a oposição ao nazi-fascismo representavam opiniões contra o despotismo (fabril ou nazi-fascista), nem todas as notinhas sabiam separar alhos de bugalhos, lutando contra a extrema direita até resvalar em velhos preconceitos. “Malhar o judas é uma tradição entre nós”, afirmasse. O judas do Sábado de Aleluia tanto podia “ser o traidor de Cristo, como o de Tiradentes”. “É sempre o traidor”, define seu autor, taxativamente – e satisfaz-se com o fato, verificado em Niterói, de que o judas malhado “vestia camisa verde e usava sigma”. Que reação terão sentido judeus como Kaplansky, Janov, Kleiman e Akceruld diante de uma nota como essa? No Bom Retiro, bairro judeu de São Paulo, independente da cor do judas que era malhado, Samuel Wainer costumava refugiar-se com sua família dentro de casa durante as malhações. “Nós éramos ‘os assassinos de Cristo’. [...] Ficávamos à beira do pânico.”⁶

O antinazi-fascismo do PCB também foi invocado, além disso, para mover a luta interna por vias tortuosas, agredindo os alvos daquela queda de 1938. Na *Revista Proletária*, também apreendida e anexada ao dossiê (da

queda de 1939), surge, novamente, a figura de *sempre* de um traidor. Mesmo clamando por anistia, não se fez justiça a Sacchetta, Lima e a outros denunciados como *agentes da Gestapo* e desclassificados, como *nojentos traidores*. Tudo porque, no lugar de Stalin, haviam adotado as idéias de Trotsky, execrado como “espião-mor”.⁷

II – Uma visão panorâmica

Esse alentado dossiê da repressão política sobre seu próprio golpe desferido contra o PCB abriga os dois tipos mais comuns de documentação das polícias políticas existentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), quando o assunto é movimentos sociais no Brasil. Como se vê, nele estão guardadas tanto fontes produzidas sobre o alvo de espionagem quanto documentos produzidos pelo próprio espionado. Além disso, o triunfal e indisfarçado tom de satisfação da matéria jornalística com a *fácil e fulminante destruição* do Comitê Regional pela Deops paulista aponta para um outro aspecto (igualmente comum): a intensa troca de informações entre a grande imprensa e a polícia política. Adicionalmente, indica ainda a usual aliança entre capital privado e repressão estatal no controle das classes subalternas.

Trata-se, pois, de um registro que nos remete à dinâmica de um mundo vigiado, em que as informações confidenciais são um recurso decisivo tanto para a preservação do poder do Estado e das classes dominantes quanto para a luta de outras forças políticas pela viabilização de suas estratégias alternativas. Dominar a polícia, em seus diversos escalões, era uma fonte de poder não só sobre a sociedade civil como também para as próprias disputas dentro das classes dominantes.

Figurante na lista da queda de 1939, Sojer Kaplansky continuou sendo vigiado nos anos seguintes. Ele volta a aparecer nos relatórios do “Reservado X”, um informante da polícia política gaúcha que, até 1944, havia se hospedado por seis vezes na casa do *camarada* Kaplansky em seletas viagens clandestinas a São Paulo, relacionadas ao processo de organização partidária. Documentando as ligações de seu anfitrião, “X” anexou ao seu relatório cópias fotográficas de cartas em ídiche dirigidas a A. Kowalski, da representação diplomática soviética em Montevidéu.⁸

Se as várias simpatias dos membros do Estado Novo pelo nazi-fascismo permitiam que tanto a parafernália quanto os acólitos do totalitarismo circulassem, sem rodeios, pelas mais distintas regiões do País, no posterior contexto do realinhamento, de 1942, de alianças políticas durante a Segunda Guerra Mundial, a informação se tornou moeda de troca em alianças bastante *sui generis*. Uma dessas envolveu antinazistas, de um lado, e a Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (Dops-RS), de outro, fazendo com que as idas e vindas da espionagem e contra-espionagem produzissem situações extremamente complexas.

Em agosto de 1943, o delegado da Dops carioca, Ernani Baumann, escreveu a seu colega gaúcho Theobaldo Neumann solicitando informações sobre o estranho pedido dirigido à sua delegacia por Willy Keller, líder do movimento de *alemães livres* no Rio de Janeiro, que demandou “certas prerrogativas que seus compatriotas antinazistas gozam, atualmente, por parte da organização policial, desse estado sulino”. Neumann responde prontamente, confirmando que “as autoridades policiais no Rio Grande do Sul reconheceram o direito a um tratamento diferente, permitindo, portanto, na forma de uma tolerância benevolente, a reunião de todos os alemães antinazistas”.⁹

Desse modo, os alemães antinazistas no Sul conseguiam preservar o acesso a direitos negados ao restante dos seus compatriotas. Estavam isentos de restrições para a obtenção de salvo-condutos; seus aparelhos receptores de rádio não eram confiscados; poderiam conseguir *habeas corpus* em caso de detenção; se fossem objeto de alguma denúncia teriam o benefício da dúvida (com a consulta a uma *pessoa de confiança* antes de sofrer qualquer sanção); não seriam atingidos por uma *eventual evacuação*; por fim, tinham assegurado o direito, embora restrito, de reunião.

Sua identificação – nada mais do que o passaporte para a preservação dos direitos arrolados acima – era feita em uma caderneta, fornecida por *pessoa de confiança* do delegado Neumann (ao menos em questões relativas ao combate ao nazismo), o anarquista Friedrich Kniestdt, veterano organizador do movimento operário gaúcho. No documento de identificação, lia-se a inscrição: “o portador desta legitimação está incluído na lista de garantia da Delegacia de Ordem Política e Social da Repartição Central da Polícia como antinazista”.¹⁰

Em troca, os antinazistas se comprometiam a “organizar listas sobre os crimes praticados pelos nazistas” bem como sobre “seus auxiliares e simpatizantes, a fim de obter a possibilidade do seu julgamento”. Em acréscimo, tal contrapartida incluía outros compromissos. Apesar de sua trajetória libertária, o que unia Kniestdt à polícia política era algo mais do

que a luta contra Hitler e seus seguidores no Brasil, como podemos perceber em sua análise sobre as perspectivas da conjuntura mundial do pós-guerra:

Existe o perigo de que após o colapso da Alemanha nazista se realize o desejo dos bolchevistas de fazer surgir dos escombros uma Alemanha bolchevista.

A Rússia foi o primeiro Estado moderno totalitário. Após veio o fascismo italiano. A seguir apareceu o nazismo alemão, sob a máscara socialista.

É um erro grave acreditar que a Rússia está lutando pela democracia. Ainda hoje afirmam os bolchevistas que os nazistas são AGORA seus inimigos porque eles os atacaram.¹¹

Por causa disso, Kniestdt preparou para a Dops relatórios sobre atividades como o Congresso Antinazista de Montevidéu de fevereiro de 1943, que foi influenciado pelo PCB. Os prognósticos e as ofertas do veterano militante pareciam bastante perspicazes ao delegado Neumann, que, para reforçar sua credibilidade, julgou necessário acrescentar um comentário seu no relatório que preparou sobre o assunto: “Trata-se de um velho anarquista convicto que, acima de tudo, coloca suas idéias. Não obstante é alemão, e como tal enxerga os acontecimentos.” Sua confiança policial no líder antinazista, é claro, tinha limites. O reservado S-7 vigiava seus passos, produzindo informes cuidadosamente cruzados com os de Kniestdt.¹²

A espionagem não era porém prerrogativa exclusiva da polícia. Por ironia do destino, só podemos ter acesso ao documento do PCB gaúcho intitulado “Sobre a Necessidade de Melhorarmos os Métodos Conspirativos de Nosso Trabalho Ilegal”, porque a Seção de Vigilância e Informação da Ação Integralista Brasileira (AIB) dele se apossou. Não é à toa que os comunistas expressavam suas preocupações nesse documento:

[...] uma das coisas que os nossos camaradas precisam encarar com a máxima seriedade é questão da realização ilegal de nossas tarefas. Sem isto, estaremos sempre à mercê da provocação, da espionagem, dos golpes policiais, que inevitavelmente como até agora tem acontecido, conseguirão causar seríssimos prejuízos, não só nos privando de valiosos companheiros como semeando o pânico e assim retardando o desenvolvimento de nossa organização. Essas vitórias do inimigo, conseguidas através de suas sólidas armas, A PROVOCAÇÃO E A ESPIONAGEM, infelizmente aqui em Porto Alegre tem sido obtidas sucessivamente e com relativa facilidade, graças à má organização do nosso trabalho ilegal. Invariavelmente, uma após outra, as direções depois de um período mais ou menos curto de atividade, têm sido dissolvidas pela prisão de nossos melhores companheiros.¹³

Em parte, a riqueza da documentação das polícias políticas para a história social deve-se à lógica totalitária presente por trás da própria noção de ordem política e social, doutrina que encara qualquer dissonância, ou qualquer novidade na dinâmica da sociedade, como um desvio. Assim, um universo cada vez mais amplo de setores sociais e correntes políticas vai se tornando *suspeito*, e informações a seu respeito passam a ser produzidas e arquivadas. Ao emergirem, novos sujeitos coletivos revelam-se particularmente desafiantes para essa lógica que atribui a cada forma de *subversão* a sua gaveta, pasta e a sua sessão. Após alguns experimentos iniciais, a nova *anomalía* pode ser catalogada e, a partir daí, merecer a produção de um fluxo de documentação e um acompanhamento específico.

Em 1947, a Federação de Estudantes Universitários de Porto Alegre se mobilizou para promover comícios, passeatas e outras manifestações pelo desconto de 50% nos preços de transportes e diversões para seus associados. Segundo a versão da própria Dops, a polícia inicialmente adotou, frente à mocidade, uma *atitude conciliatória*. Porém, a situação começou a mudar quando os estudantes decretaram uma “greve branca” contra os proprietários de cinemas refratários à meia-entrada.¹⁴

A concentração estudantil em frente aos cinemas levava, no entender da autoridade policial, a uma “verdadeira coação àqueles que pretendiam concorrer às funções cinematográficas”. Foram então estabelecidos cordões de isolamento, visando garantir o acesso do público às bilheterias. Mais uma vez, porém, o ímpeto juvenil se sobrepôs aos defensores da ordem, com uma estudante violando o cordão estendido no Cinema Roxy, solicitando a um cavalheiro que não comprasse entradas.

Mas o pior ainda estava por vir:

Advertida, de imediato, pelo Dr. Francisco da Rosa Macalão, delegado ali destacado, que não podia fazer tais solicitações dentro do isolamento, respondeu-lhe a moça estudante com um dito pornográfico, o que motivou a sua detenção, por aquela autoridade.

Chegada na Central de Polícia, a estudante menor foi identificada para a entrega a seus pais, ou responsáveis, e advertida de que não deveria repetir tal conduta, sob pena de ser feito um pedido para enérgicas providências paternas.¹⁵

Esse paternalismo autoritário, porém, se mostrava insuficiente para conter os *moços grevistas*, que persistiam em manifestações públicas sem sequer solicitar autorização policial, chegando ao cúmulo de ir em passeata até o Palácio do Governo “aos gritos de ‘Liberdade’ querendo assim significar que a Polícia lhes vedava o exercício de um direito”. Os estudantes, com

sua ousadia, conquistavam o bônus e o ônus de serem encarados como um problema político. Inicialmente, a Dops apelou para a mediação do jovem deputado estadual Leonel Brizola, o qual solicitou à classe estudantil que aceitasse os entendimentos já em andamento com os proprietários de cinema. No sábado seguinte, porém, nova confrontação entre estudantes e policiais em frente ao Cine Imperial degeneraria em confusão e agressões na Praça da Alfândega. A polícia realizou várias detenções e apelou para o jato d'água de um carro de bombeiros, a fim de dissolver a concentração estudantil.¹⁶

Brizola, que inicialmente assumira ele próprio um papel de bombeiro, acabaria liderando o repúdio às arbitrariedades cometidas, conduzindo a massa até a Central de Polícia para exigir (e obter) a libertação dos detidos e dirigindo um comício em frente àquela repartição em que as forças da ordem foram vaiadas e brindadas com os gritos de *polícia fascista*. A forma como tanto o jovem parlamentar quanto o movimento estudantil estreamaram nos anais da polícia política gaúcha certamente garantiu especial atenção aos respectivos prontuário e dossiê nas décadas que se seguiram, quando ambos assumiriam um grande protagonismo no jogo político local e nacional.¹⁷

Além de podermos precisar o momento de emergência de sujeitos sociais e políticos que viriam a marcar todo um período histórico posterior, defrontamo-nos nesses registros policiais com temas e episódios virtualmente apagados da memória histórica. Surpreende encontrar um farto dossiê sobre a Sociedade Eslava de Porto Alegre entre 1944 e 1946, quando foi fechada pela polícia sob a alegação de envolvimento com *atividades comunistas*.¹⁸

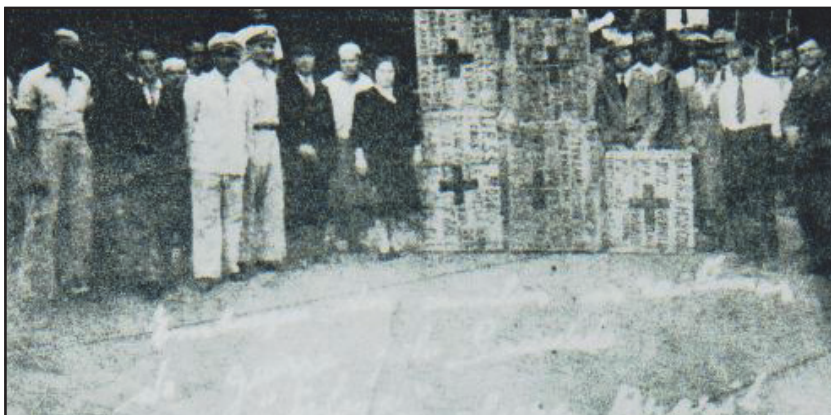


Figura 1: Orquestra de Balalaicas da Sociedade Eslava de Porto Alegre
Fonte: Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19.

Impulsionada pelo prestígio da URSS no imediato pós-guerra, não apenas como potência aliada, mas principalmente como “libertadora dos povos do Leste europeu”, tal sociedade aglutinou cerca de 140 sócios, realizando atividades culturais, como a organização do Coro e da Orquestra de Balalaicas e o ensino do idioma russo a filhos de associados. Além disso, angariou e remeteu donativos (remédios, roupas, calçados e outros itens) para as vítimas da guerra na grande nação eslava russa.

Embora abrigados sob o manto genérico do pan-eslavismo, e sob a égide do “maior dos eslavos, o camarada Joseph Stalin”, os registros dessa associação nos possibilitam uma rara amostragem relativa à auto-identificação de diversos grupos de imigrantes inexistentes na documentação oficial. Através dela, é possível verificar que, ao menos nessa sociedade, ucranianos e bielorrussos, duas categorias ausentes das estatísticas imigratórias, eram os maiores contingentes dentro do universo que os brasileiros costumam definir como sendo constituído de *polacos*. Georgianos, bessarbianos e outros tiveram na sua Sociedade Eslava a rara oportunidade de responder a que nacionalidade pertenciam desde que chegaram no Brasil, ao invés de serem definidos de antemão pela origem formal discriminada nos seus passaportes.¹⁹



Figura 2: Envio de donativos às vítimas soviéticas da guerra, Sociedade Eslava, Porto Alegre, 1944

Fonte: Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19.

A expressão da identidade transnacional eslava, entretanto, durou pouco. Esses imigrantes do Leste europeu mal tiveram a experiência – vivenciada nas décadas anteriores por japoneses, italianos e alemães – de associar seu orgulho étnico à trajetória ascendente de uma nação como potência econômica e militar.²⁰ Seus vínculos com organizações ligadas ao PCB, como o Centro Cultural Euclides da Cunha, e com a representação diplomática soviética em Montevideú, condenaram-na a ser alvo da repressão policial, e ela esteve prestes a ter sua existência soterrada no limbo do esquecimento até que fragmentos da documentação da Dops-RS viessem à tona no Aperj.

Detalhes como a auto-identificação da origem nacional de indivíduos podem parecer insignificantes à primeira vista, mas jogam peso decisivo no posicionamento de coletividades nos jogos políticos de escala local, nacional e internacional. Na sua maioria descendentes de alemães, os industriais do Rio Grande do Sul articularam durante muito tempo o amor pela pátria-mãe com o civismo de bons brasileiros. Em meados dos anos 30, o *Führer* gozava de prestígio tão grande junto às classes dominantes brasileiras que essa dupla lealdade era não apenas tolerada, mas até mesmo estimulada. Veio porém a Segunda Guerra Mundial em 1939, e, depois de intensa campanha, o alinhamento brasileiro com os Aliados em 1942. Premida pelas circunstâncias, a maioria dos empresários teuto-brasileiros optou pelo pragmatismo, afastando-se da atividade política nazista e preservando seus interesses econômicos, que inclusive envolviam bons negócios com os Estados Unidos.

Uma parcela, porém, decidiu manter o engajamento baseado em sua identidade étnica e/ou opção ideológica. Uma única folha de papel de um dossiê – encimada pelos dizeres “nazistas contribuintes, cujos nomes constavam num bloco de recibos, apreendido em poder do cobrador do Partido Nazista” – diferencia imediatamente essa opção política de alto risco das declarações gerais de simpatia pelo III Reich, muitas vezes pronunciadas em contextos bem menos comprometedores.²¹

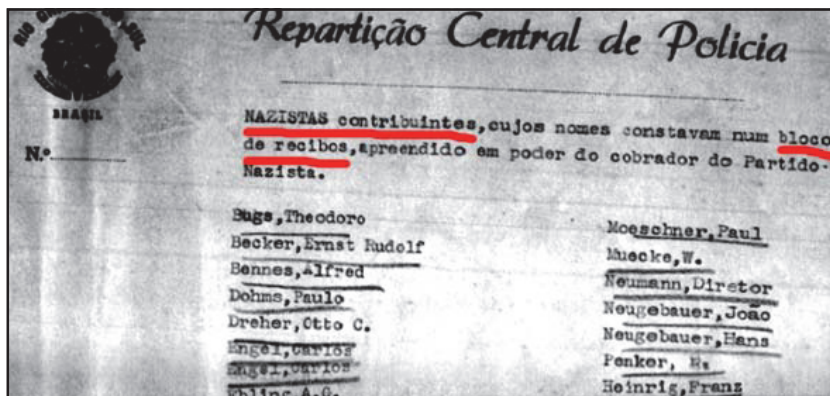


Figura 3: Fragmento do documento que identifica os contribuintes do Partido Nazista no Rio Grande do Sul

Fonte: Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-A.

Pelo fato de refinar nossa percepção de aspectos da dinâmica social e política brasileira, a documentação visual também merece destaque. Comícios, passeatas, assembleias e outros eventos são registrados com material cedido por jornais, mas há também as fotos tiradas no meio da multidão ou de ângulos mais reservados, disparadas a fim de identificar seus participantes.

Importava revelar a identidade. Fotos eram extraídas de seus documentos e reproduzidas em série. Há também, claro, aquelas a que já fizemos referência, isto é, as imagens que são efetuadas nas dependências do Estado, várias delas revelando que o Estado, no lugar de proteger a integridade física dos cidadãos, prima por agredir e castigar. Nas atividades de batidas e espionagem, os acervos eram complementados com apreensões de coleções pessoais.²²

III – Um filão de História

Por causa disso tudo, o interessado em estudar e conhecer a História brasileira tem no Aperj um ponto de parada fundamental. Possuindo a custódia de cinco grandes fundos arquivísticos policiais, a massa documental disponível é vasta e diversificada. Nesse sentido, antes de abrir pacotes e pastas, vale a pena consultar as publicações introdutórias existentes.²³ Depois, cabe sondar as possibilidades de cada fundo.

Desorganizado no processo de transferência do acervo, o fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro (PPRJ) está entre os mais explorados. Ele contém 58 setores divididos em aproximadamente quatro mil pastas temáticas sendo que cada uma delas contém um (ou mais de um) dossiê.²⁴

Nota importante: o setor *Estados* traz mais de cem maços que contêm documentação de acervos de polícias políticas estaduais cujo acesso local é muito restrito, ou quase impossível, caso do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Minas Gerais.²⁵ O caso gaúcho denota a importância única dessa documentação para pesquisadores de todo o país. Embora o governo Brito tenha divulgado, em 1996, que *toda* a documentação das polícias políticas estaria disponível para consulta dos cidadãos interessados, a realidade é completamente diferente. De fato, o que se encontra atualmente depositado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao período anterior à *abertura lenta, gradual e segura*, são apenas cerca de duas mil fichas de localização de prontuários individuais, correspondentes ao período entre meados dos anos 60 e 70. Quanto aos próprios prontuários, dossiês e demais documentos produzidos e guardados pela polícia, as versões sobre seu destino variam entre a da incineração e a do seu ocultamento, por parte dos membros remanescentes da “comunidade de informações”, em um *container* em um galpão do porto ou em um poço de mina abandonado. Há nesse, como em muitos outros casos, uma grande defasagem entre a propaganda oficial do “livre acesso à informação” e as reais condições para que esse direito se efetive.

Do Sul até o Norte, a situação não muda muito. É o que se vê, por exemplo, em relatório de pesquisa sobre a memória da classe trabalhadora na Bahia.²⁶ Além do desfavorecimento instrucional e da auto-imagem dos trabalhadores, que dificultam seu próprio registro por escrito, é assinalado que o Golpe de 64 atentou – material e simbolicamente – contra a preservação da memória do operariado baiano, danificando-a seriamente.

Em acréscimo ao seqüestro de acervos que ainda hoje estão retidos nos estados, as forças repressivas simplesmente os destruíram. Além do mais, através das intervenções do Ministério do Trabalho, o anátema acusatório dos militares sobre o sindicalismo cegetista se compôs com processos montados na denúncia do par corrupção/subversão, atacando dirigentes (sem condições de defesa) com acusações de malversação dos fundos sindicais para fins políticos espúrios, o que nada mais foi do que a concretização da alegação de falta de autenticidade ao sindicalismo do pré-64.²⁷

A outra alternativa levantada pelo projeto supracitado – a de localizar e recuperar lotes documentais particulares – se deparou com mais dificuldades. Muitas pessoas se arriscaram a guardar papéis, motivo suficiente para serem capturadas pela polícia. Porém, o fizeram sem a mínima condição de concorrer com a estrutura dos arquivistas dos serviços de inteligência e repressão política. Por fim, devido ao perigo, muitas pessoas se desfizeram de seus guardados. Evidentemente, a alternativa eleita, a história oral, não exclui a necessidade de a sociedade reaver o acesso sobre sua própria história.

Portanto, o contato com a documentação de caráter nacional no Aperj não supre a necessidade de que tais acervos venham à tona em seus próprios lugares; apenas minimiza tal lacuna, pois é possível deparar-se com relatórios periódicos a propósito do que acontecia em todo o país. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, eles começaram a ser produzidos quinzenalmente na época do Estado Novo e continuaram a ser escritos nos mesmos moldes ao menos até meados dos anos 50. O que pode ser descoberto, explicado e analisado a partir dos resultados parciais de pesquisa, já alcançados com o setor Estados do FPPRJ, só nos leva a crer que os pesquisadores estão reconhecendo a ponta do *iceberg*.

Esse mesmo setor *Estados* pode contribuir para o melhor conhecimento de acervos que não foram tão prejudicados, como é o caso do de São Paulo, depositado no Arquivo do Estado de São Paulo (Daesp). Por exemplo, o memorial *Organização e Funcionamento da Superintendência de Ordem Política e Social* contém informações tanto a respeito de como se processava a elaboração e o registro de relatórios oriundos das diligências dos investigadores quanto acerca do arquivo geral e fichário dos setores Ordem Política e Ordem Social. Igualmente, apresenta ao leitor a estrutura hierárquica e o funcionamento burocrático da polícia política paulista. Por isso, consiste em fonte primária relevante para o pesquisador dedicado a entender como a polícia recolhia, produzia e guardava seus papéis.²⁸

Outro indício da relevância do setor *Estados* encontra-se na pasta 22-XXIV. Um caderno de respostas confeccionado pela Deops-SP ao questionário da Divisão de Polícia Política e Social (agência central localizada no Rio de Janeiro), sobre a situação do comunismo em cada unidade da federação em 1951, sugere a feitura de um levantamento nacional sobre o PCB. Com isso, pode-se vir a ter boas pistas para o entendimento de sua estrutura política e sua representatividade na sociedade civil em todo o país, depois de decretada sua ilegalidade em 1947.²⁹

Já inventariado, um segundo fundo é o da Delegacia Especial de Segurança Pública (DESPS), tendo como datas-limite os anos de 1918 e 1944, período em que, sucessivamente, funcionaram o Corpo de Investigações e Segurança Pública (1907-1920), a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (1920-1922) e a Quarta Delegacia Auxiliar (1922-1933), finalmente substituída pela DESPS. Abrangendo a fase entre 1945 e 1962, o terceiro fundo, da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), se encontra em processo de catalogação.³⁰ Enquanto o fundo Desps apresenta nichos documentais bem delimitados, por causa do foco da polícia sobre assuntos como integralismo, PCB e *súditos do Eixo* (germânicos, italianos e japoneses), o fundo DPS reflete sua incrível ânsia em mapear e controlar os movimentos sociais nas suas mais variadas expressões, uma aplicação dos preceitos da doutrina de segurança nacional aqui implantada por causa da crescente influência dos EUA sobre o Brasil.

Já o quarto e o quinto estão aguardando os recursos necessários para receber tratamento arquivístico adequado. O quarto fundo, composto pelas coleções dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, cobre o período entre 1962 e 1975. Com a fusão de ambos, os dois Dops foram extintos e foi criado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), dando origem ao quinto e último fundo, que vai de 1975 a 1983.

Evidentemente, todo acervo requer cautela e cuidados, já que não encerra a verdade pura e absoluta, mas informações condicionadas pelas circunstâncias em que são recolhidas, sistematizadas e veiculadas. O primeiro passo, depois de se informar sobre os fundos e seus inventários, é a familiarização com a fonte, o que requer um certo tempo de consulta, leitura e fichamento. Além disso, em geral, nosso objeto de desejo não se revela nas primeiras horas. Passada essa etapa, o leitor terá se dado conta da força da ideologia de segurança nacional e de seu corolário – o inimigo interno – como um filtro do trabalho policial.

Aliás, para poder avaliar a qualidade das fontes que estará levantando, é preciso manter uma certa suspeita. Tal como os pesquisadores das ciências sociais, os policiais se baseavam em informantes, podendo ser manipulados por suas fontes. Em compensação, ambos são observadores contínuos do seu objeto de pesquisa, anotando diálogos, entrevistas e fazendo registros, mas, como abraçam métodos *científicos*, seus olhares são treinados para reparar certas coisas e desconsiderar outras. Como qualquer analista, ambos não estão livres de preconceitos e lapsos. No caso dos policiais, sua aversão atávica a greves, por exemplo, pode prejudicar a qualidade de suas

informações. No caso dos informantes dos policiais, chegam a ser curiosos os momentos em que não sabem se falam dos trabalhadores na primeira ou na terceira pessoa do plural. Além disso, alguns documentos são produzidos em interrogatórios e não podemos esperar que os depoentes digam *a verdade*. Apesar disso tudo, queremos testemunhar em favor da importância desses fundos para estudos históricos, pois cremos que o acervo das polícias políticas é de grande potencial para a renovação e o aperfeiçoamento de nossa compreensão da realidade brasileira, em seu passado e presente.³¹

Essa segurança se reforça ainda mais com consultas feitas ao fundo Coleções Particulares – também sob a custódia do Aperj –, que traz uma ampla coleção de documentos das organizações de esquerda, principalmente nos anos 60 e 70, constituindo ótima opção de pesquisa para suplementar as fontes policiais sobre o golpe militar, a repressão, a resistência, os estudantes, os partidos, a luta armada, os debates e as polêmicas, as experiências individuais da militância, os movimentos sociais urbanos e rurais, o exílio.³²

Enquanto o Estado mantinha uma incrível máquina administrativa de vigilância e de brutal repressão (o que deu origem a um rico acervo histórico), cidadãos arriscavam suas vidas guardando papéis de organizações revolucionárias. Depositados no mesmo arquivo, mostram que as lutas e os riscos valem a pena. São, enfim, uma vitória democrática, já que os cerca de 70 anos em que a sociedade civil viveu *grampeada* pelo Estado, por intermédio da polícia política, passam a ser conhecidos em seus meandros. Essas fontes podem agora servir a uma função muito diferente do que a de bisbilhotar, prender, torturar, processar e condenar. Contudo, é bom não esquecer que o conjunto dos serviços de inteligência e a dita “comunidade de informações” não sofreram a mesma experiência de desmantelamento do Dops, mantendo-se em atividade. As lutas, enfim, continuam.

Notas

¹ “Relatório e demais Documentos Relativos às Recentes Diligências Realizadas pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Noite de 26 para 27 de Maio de 1939.” Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro (PPRJ), setor Estados, pasta 22-V, fls. 519-525. As citações dos próximos sete parágrafos também foram retiradas dessa fonte. A matéria jornalística está transcrita sem a discriminação do diário em que foi publicada.

² A polícia recolheu também uma circular que instrui como fazer um “reco-reco”, ferramenta de impressão de textos mimeografados. “Relatório e demais Documentos...”, fls. 607-08, Aperj, fonte já citada.

³ “Relatório e demais Documentos...”, fls. 534-555, Aperj, fonte já citada.

⁴ *Boletim Interno*, s/n., 1/5/39, p. 4. In: “Relatório e demais Documentos...” Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-V, fls. 558.

⁵ *Boletim Interno*, s/n., 1/5/39, p. 10. In: “Relatório e demais Documentos...” Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-V, fls. 561.

⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 43.

⁷ *Revista Proletária*, n. 13-14, 1939, p. 8, 9. In: “Relatório e demais Documentos...”, Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-V, fls. 579, 580. Ver também: “Contra o Trotskismo. Expulsando o Grupo Fracionista-Trotskista. Resolução do CR de S. Paulo do PCB.” In: “Relatório e demais Documentos...”, Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-V, fls. 628-642. Há farto material antitrotskista nesse dossiê.

⁸ “Relatório da 6ª viagem do ‘reservado X’ a São Paulo”. Porto Alegre, 3/10/1944. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-B.

⁹ Aperj, fundo PPRJ, setor Alemão, pasta 5, fls. 35-34.

¹⁰ Idem. Anexo.

¹¹ Idem, fls. 115-117.

¹² Idem, fls. 115. Ver também: Delegacia Auxiliar, Seção de Serviços Reservados. “Relatório sobre movimento de antinazistas alemães do Brasil”, 8/11/1944. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-B.

¹³ “Sobre a necessidade de melhorarmos os métodos conspirativos de nosso trabalho ilegal”. In: “AIB Relatório do período de 28/2 a 30/4 de 1937”. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-A.

¹⁴ Relatório, 17/3/1947, Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-C.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19.

¹⁹ Em episódio bastante distinto, Carlos Lacerda moveu ruidosa campanha contra Samuel Wainer por este ser bessarabiano. A lei, na época, estabelecia que um estrangeiro não podia ser diretor-proprietário de jornal, como Wainer era da Última Hora.

²⁰ A propósito das colônias brasileiras desses três povos, três livros recentes mostram o relevo dos acervos policiais para a sua pesquisa. Ver: LESSER, Jeffrey. *Negotiating national identity: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil*.

Duke University Press, 1999. BERTONHA, João F. Sob a sombra de Mussolini. São Paulo: Annablume, 1999. PERAZZO, Priscila. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

²¹ “Nazistas contribuintes, cujos nomes constavam num bloco de recibos, apreendido em poder do cobrador do Partido Nazista”. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 19-A.

²² Em 1998, ao editar o álbum *Imagens do Sigma*, o Aperj deu a conhecer uma rica amostragem do seu acervo fotográfico sobre a aib, organizado por Luiz Henrique Sombra e Luiz Felipe Guerra. Há também o Catálogo da Série Documentos Fotográficos. Rio de Janeiro, Faperj, s.d.

²³ Ver: Aperj, “A Lógica da Desconfiança”. Rio de Janeiro, 1993. Aperj. “Os Arquivos das Polícias Políticas”. Rio de Janeiro, Faperj, 1996. FURTADO, Eliana; RAMALHO Lúcia. A política de acesso do Aperj ao acervo Dops. *Arquivo & História*, n. 3, 1997. Ver também: BERTONHA, João F. Os arquivos policiais e judiciários: fontes para a história social e política brasileira no século XX. *História Social*, no 2, Campinas, 1995. Davis, DARIÉN. The Arquivos das polícias políticas of the State of Rio de Janeiro. *Latin-American Research Review*, v. 31, n. 1, 1996.

²⁴ Aperj. *Relação Numérica das Pastas Temáticas do Acervo da Polícia Política*.

²⁵ No Arquivo Nacional, os fundos relativos aos processos de expulsão de estrangeiros e ao TSN também contribuem nesse sentido para estudos até 1945.

²⁶ Associação de Cooperação Comunitária das Áreas Problema de Salvador, “Memória do Movimento Operário Baiano (1960-1964)”. Salvador, s.d., fls. 2.

²⁷ Ver: NEGRO, Antonio L. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. 2001. Tese (Doutorado apresentada ao IFCH-Unicamp) – Campinas, São Paulo, 2001.

²⁸ “Organização e Funcionamento da Superintendência de o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)”. 2001. Tese (Doutorado apresentada ao Ifch-Unicamp), Campinas, São Paulo, 2001. *Ordem Política e Social*, outubro de 1936. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-G, fls. 25-166. Sobre a documentação da polícia política paulista, ver também: PIMENTA, João P. G. Os arquivos do Deops-SP. *Revista de História*, n. 132. São Paulo, 1995. FERNANDES, Paula (Coord.). *Guia dos documentos históricos na Cidade de São Paulo, 1554/1954*. São Paulo: Hucitec, 1998. CARNEIRO, Maria L. T. *Inventário Deops Módulo 1*. São Paulo: Aesp, 1998. FONTES, Paulo; NEGRO, Antonio L. *Trabalhadores em São Paulo. Ainda um Caso de Polícia, 1945-1978. O Acervo do Deops Paulista e o Movimento Sindical*. In: AQUINO, Maria A. de; LEME de Mattos, MARCO A. V.; SWENSSON Jr.; Walter C. (Orgs.). *No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro*. São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. LEITÃO, Alfredo. *Fundo Deops, Organização e Manutenção*. In: SILVA, Zélia da. *Arquivos, patrimônio e memória*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

²⁹ “Situação Comunista no Estado de São Paulo”, novembro de 1951. Aperj, fundo PPRJ, setor Estados, pasta 22-XXIV, fls. 1518-1475.

³⁰ Para pesquisar o fundo DESPS, ver: Aperj. *Inventário do Fundo DESPS*. Rio de Janeiro, Faperj, s.d. Ver também: Aperj. *Catálogo de Folhetos Apreendidos pela DESPS*. Rio de Janeiro, Aperj, 1998. Na

rede de computador do arquivo, é possível consultar o inventário e o catálogo de folhetos da DESPS e verificar nomes de prontos. Para o fundo DPS, é possível consultar o catálogo “Controle dos Dossiês”. Há também uma pasta com a relação das fichas em microfilme.

³¹ Especialmente para a década de 30, o lugar da polícia nas disputas políticas pelo aparelho estatal, assim como seu funcionamento nas ruas, têm recebido interesse crescente. Ver, por exemplo: CANCELLI, Elizabeth. *A polícia na era Vargas*. Brasília: Editora da UnB, 1993. Ver também: CUNHA, Olívia M. G. *Intenção e gesto: política de identificação e repressão à vadiagem no Rio de Janeiro dos anos 30*. 1998. Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Antropologia Social do Museu Nacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. CANCELLI,

Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente*. In: SILVA, Zélia da (Org.). *Op. cit.* CARNEIRO, Maria L. T. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: SILVA, *op. cit.* No próprio Aperj, é também possível encontrar o instrumento de pesquisa *Função da Polícia Política na Cidade do Rio de Janeiro*. *Ensaio de História Administrativa*. Rio de Janeiro, Aperj, s.d. Ver também: SAMET, Henrique. *Contribuições para a história da polícia: autoridades policiais (1892-1933)*. Rio de Janeiro, s.d. Manuscrito. Para os anos 60 e 70, ver: HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998.

³² Ver: *Guia das Coleções Particulares*. Niterói, Aperj, 1994. Nessa mesma linha, ver também o inventário do Arquivo Ângela Borba.